

Presupuesto Participativo Municipal — o mandato legal da República Dominicana para o orçamento de investimento local

City Innovation Library · Boa prática · República Dominicana

Pontuação de qualidade: 57/100

Força da evidência: Moderada

Sumário

Desde a Lei 170-07 (2007), os municípios dominicanos devem decidir parte do orçamento de investimento em assembleias abertas. A adesão cresceu de 59 municípios (2005) para 172 (2010), mas só 13 de 158 cumpriram todos os indicadores em 2025.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Evidence of impact / measured results	2/3
Transferability / demonstrated replication	2/3
Scalability	2/3
Sustainability / continuity	1/3
Innovation	2/3
Inclusiveness / equity	1/3
Multi-stakeholder collaboration	2/3

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-08-13

[Federación Dominicana de Municipios \(FEDOMU\)](#) — acedido a 2026-08-13

[World Bank: Improving the Quality of Public Expenditure in the Dominican Republic \(2012\)](#) — acedido a 2026-08-13

[Participación Ciudadana & CEPAE: Implementación del Presupuesto Participativo \(2019\)](#) — acedido a 2026-08-13

[Diario Libre: ¿Cuántas alcaldías cumplen el Presupuesto Participativo? \(2026\)](#) — acedido a 2026-08-13

Citar — Evidoria. *Presupuesto Participativo Municipal — o mandato legal da República Dominicana para o orçamento de investimento local*. ID persistente: 3c676dda-0eab-4b60-a925-5de316846060.